Arquivos privados: um estudo comparativo entre as políticas para esses acervos no Brasil e na França

Bruna Pimentel Lopes[1]
Georgete Medleg Rodrigues[2]

Resumo: As relações entre o Brasil e a França incluem um intercâmbio secular de aspectos políticos, econômicos e culturais. No contexto arquivístico, essa dinâmica pode ser observada por meio da consolidação das práticas arquivísticas no Brasil e da institucionalização da Arquivologia no País. No que se refere ao tratamento e preservação dos arquivos privados, compreende-se que esse tipo de acervo tem ocupado um espaço pouco privilegiado nas discussões da área, uma vez que somente no decorrer do século XIX historiadores e pesquisadores tomaram consciência da necessidade de preservação desses registros. No caso francês, foi na década de 1970, mais especificamente a partir da Lei de Arquivos, que se apresentou, pela primeira vez, o estatuto legal dos arquivos privados. A França possui diversas particularidades em relação ao Brasil, especialmente apresentar uma política de arquivos que precede, em doze anos, a legislação brasileira. A Lei de Arquivos do Brasil, por sua vez, prevê que os arquivos privados possuem, dentre outros aspectos, a possibilidade de serem identificados como de interesse público e social. Tendo em vista as diversas interlocuções entre o Brasil e França no contexto arquivístico, esta proposta de comunicação, com resultados parciais de uma tese de doutorado em andamento na Ciência da Informação, tem como objetivo apresentar um estudo comparativo sobre a Lei de Arquivos brasileira e francesa a fim de analisar as práticas dos dois países, especialmente no que se refere às diretrizes de tratamento, acesso e preservação dos arquivos privados. Portanto, baseando-se numa pesquisa documental e bibliográfica sobre o tema, será realizada uma análise comparativa sobre a legislação dos dois países, de forma propiciar um entendimento acerca das políticas sobre os arquivos privados no Brasil e na França, especialmente quanto aos aspectos jurídicos relacionados a esse tipo de acervo. Por fim, será possível analisar os aspectos divergentes e convergentes, permitindo, inclusive, uma avaliação sobre a influência francesa no contexto brasileiro.

[1] Código ORCID (0000-0002-5988-5582). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília – PPGCINF/UnB. (E-mail: bpimentelopes@gmail.com)
[2] Código ORCID (0000-0002-6446-6171) Doutora em História pela Université de Paris (Paris IV – Sorbonne). Professora do Curso de Graduação em Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB. (E-mail: medleg.georgete@gmail.com)